



CÂMARA MUNICIPAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO

ESTADO DO PARANÁ

ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO, ESTADO DO PARANÁ, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ATA Nº. 80/2014

Aos décimo segundo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, reuniram-se na Câmara Municipal de Cornélio Procopio, Estado do Paraná, sob a Presidência do vereador Edimar Gomes Filho e Secretariado pelo vereador Vanildo Felipe Sotero, presentes ainda os vereadores a seguir elencados: Angélica Olchaneski de Mello, Edson Ducci Ferreira, Élio José Janoni, Bruno Magalhães, Fernando Peppes, Márcia de Souza Soares e Rafael Haddad Manfio, Rodrigo Marconcini. Ausente o vereador Luiz Carlos Amâncio. Havendo quórum regimental a Presidência iniciou a reunião, com a apresentação da Ata nº. 079/14, sendo a mesma aprovada com dispensa de terceira votação em plenário. Na Ordem do Dia constaram os seguintes projetos: **PROJETOS EM SEGUNDA VOTAÇÃO:** Projeto de Lei 127/14 – Executivo Municipal que Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 686.200,00 (seiscentos e oitenta e seis mil e duzentos reais) no Orçamento do Município de 2014, aprovado por unanimidade de votos em segunda votação com dispensa de terceira votação. Projeto de Lei 128/14 – Executivo Municipal que Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir, Crédito Adicional Suplementar, na importância de até R\$ 1.480.000,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta mil reais) no Orçamento do Município de 2014, aprovado por unanimidade de votos em segunda votação com dispensa de terceira votação. Projeto de Lei 129/14 – Executivo Municipal que Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de até R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) no exercício financeiro de 2014, aprovado por unanimidade de votos em segunda votação com dispensa de terceira votação. Projeto de Lei 130/14 – Executivo Municipal que Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 376.700,00 (trezentos e setenta e seis mil e setecentos reais) no Orçamento do Município de 2014, aprovado por unanimidade de em segunda votação com dispensa de terceira votação. Projeto de Lei 131/14 – Executivo Municipal que Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de até R\$ 218.000,00 (duzentos e dezoito mil reais), no exercício financeiro de 2014, aprovado por unanimidade de votos em segunda votação com dispensa de terceira votação. Projeto de Lei 132/14 – Executivo Municipal que Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de até R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), no exercício financeiro de 2014, aprovado por unanimidade de votos em segunda votação com dispensa de terceira votação. Projeto de Lei 133/14 – Executivo Municipal que Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de até R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais), no exercício financeiro de 2014, aprovado por unanimidade de votos em segunda votação com dispensa de terceira votação. Projeto de Lei 134/14 – Executivo Municipal que Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de até R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), no exercício financeiro de 2014, aprovado por unanimidade de votos em segunda votação com dispensa de terceira votação. Projeto de Lei 135/14 – Executivo Municipal que Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de até R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), no exercício financeiro de 2014, aprovado por unanimidade de votos em segunda votação com dispensa de terceira votação. Projeto de Lei 136/14 – Executivo Municipal que Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de até R\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais), no exercício financeiro de 2014, aprovado por unanimidade de votos em segunda votação com dispensa de terceira votação. Projeto de Lei 137/14 – Executivo Municipal que Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 867.500,00 (oitocentos e sessenta e sete mil e quinhentos reais) no Orçamento do Município de 2014, aprovado por unanimidade de votos em segunda votação com dispensa de terceira votação. Projeto de Lei 138/14 – Executivo Municipal que Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de até R\$ 415.422,51 (quatrocentos e quinze mil, quatrocentos e vinte e dois reais e cinquenta e um centavos), no exercício financeiro de 2014, aprovado por unanimidade de votos em segunda votação com dispensa de terceira votação. Projeto de Lei 139/14 – Executivo Municipal que Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) no exercício financeiro de 2014, aprovado por unanimidade de votos em segunda votação com dispensa de terceira votação. Projeto de Lei 140/14 – Executivo Municipal que Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir, Crédito Adicional Suplementar, na importância de até R\$ 2.686.500,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta e



CÂMARA MUNICIPAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO

ESTADO DO PARANÁ

seis mil e quinhentos reais) no Orçamento do Município de 2014, aprovado por unanimidade de votos em segunda votação com dispensa de terceira votação. Projeto de Lei 141/14 – Executivo Municipal que Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial no valor de até R\$633.000,00 (seiscentos e trinta e três mil reais) no exercício financeiro de 2014, aprovado por unanimidade de votos em primeira votação. Projeto de Lei 026/2014 – Edimar Gomes Filho que Abre Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais) no Orçamento do Legislativo de 2014, aprovado por unanimidade de votos em segunda votação com dispensa de terceira votação. Projeto de Lei 027/2014 – Fernando Peppes, Luiz Amâncio, Márcia Soares e Angélica Olchaneski que Acrescenta e altera dispositivos legais na Lei nº 547/2009. (Sobre isenção de IPTU), aprovado por unanimidade de votos em segunda votação com dispensa de terceira votação. **PROJETO EM PRIMEIRA VOTAÇÃO**. Projeto de Lei Complementar 018/14 – Executivo Municipal que Autoriza a cessão de Direito de Bem Público Municipal, através de procedimento licitatório, em conformidade com a Lei Federal nº. 8666/93, e dá outras providências. aprovado por unanimidade de votos em primeira votação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerrou a presente reunião da qual se lavrou esta Ata de acordo com as normas Regimentais.*****

